

INTRODUÇÃO

A publicação deste livro pretende ser um contributo do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) para as reflexões e para os debates sobre o presente e o futuro de Moçambique. O livro é intitulado *Desafios para Moçambique* por várias razões. Por um lado, este volume traz uma colectânea de desafios nas esferas política, económica, social e internacional. Estes desafios são construídos discutindo, em cada um dos artigos, onde é que o País se encontra e as direcções que podem ser seguidas para construir diferentes cenários de futuro.

Por outro lado, os desafios discutidos no livro são para Moçambique (e, por conseguinte, para os cidadãos de Moçambique) e não apenas para uma parte de Moçambique. Quer dizer, não são desafios apenas para o governo, para os académicos, para as organizações sociais ou trabalhadores. São desafios para todos e para toda a sociedade. O desafio de pensar, discutir abertamente, avançar pontos de vista fundamentados na vida prática e na análise mais académica, o desafio de não cruzar os braços ou baixar a cabeça perante obstáculos e dificuldades, o desafio de questionar o presente pensando e acreditando em diferentes futuros possíveis, de procurar os caminhos e identificando os desafios para lá chegar, de remover os obstáculos, de pensar de novo e de acreditar, de procurar os pontos nevrálgicos que fazem funcionar o corpo, de definir o que é prioritário em cada longa marcha que se inicia, esses desafios pertencem a todos os cidadãos de Moçambique.

Por consequência, o título deste livro aponta para o primeiro grande desafio, o da mobilização, organização e participação política dos cidadãos, e a publicação do livro é um contributo para esse desafio. A prática de cidadania é a forja dos cidadãos e de uma sociedade dinâmica, democrática e progressista. A cidadania não se circunscreve ao exercício do direito de voto, embora o inclua. A sua essência é a participação responsável na reflexão, debate e luta política sobre as opções, caminhos e direcções para a vida política, económica, social e cultural, e no exercício de influência directa sobre as decisões públicas e sociais, e sua implementação, monitoria e avaliação. A cidadania requer um ambiente de pluralismo, mas é temperada e forjada na luta pela conquista e construção desse espaço plural.

Assim, a primeira parte do livro é dedicada a desafios de participação política. “*Até hoje, não conhecemos esses que elegemos.*” Com esta citação de um cidadão de Ancuabe, província de Cabo Delgado, Luís de Brito lança bases para uma discussão ampla e crítica do sistema eleitoral em Moçambique: “*O desafio da inclusão é provavelmente em termos políticos aquele que se coloca de forma mais urgente para a democratização da sociedade moçambicana na fase actual. Porém, deve ser entendido que inclusão não significa partilha de poder, de postos públicos, ou acesso a vantagens e recursos pelas forças políticas da oposição, como parece ser vista por alguns políticos e intelectuais, mas a definição de regras de jogo que permitam uma maior e mais efectiva representação dos interesses dos cidadãos em geral e, ao mesmo tempo, de diferentes grupos sociais com interesses específicos.*” (Brito 2009: 26) Esta secção inclui mais quatro artigos que desafiam o debate sobre aspectos particulares da democratização, inclusão e participação política, nomeadamente sobre: a governação local participativa, as organizações da sociedade civil, a gestão municipal e os meios de comunicação social.

A segunda parte do livro é focada em desafios económicos. Os relatórios do Governo de Moçambique (GdM) e dos seus principais parceiros bilaterais e multilaterais apresentam a economia de Moçambique como um exemplo de sucesso na promoção de rápido crescimento económico e redução da pobreza. O grau de sucesso está associado à magnitude das taxas de variação (por quanto é que a economia cresce ou a pobreza reduz) e a robustez do crescimento económico é assumida da aparente estabilidade dos indicadores macroeconómicos monetários e do seu aparente sucesso na redução da pobreza. Paradoxalmente, a economia nacional mantém elevadas taxas de dependência em relação a fluxos externos de capitais, tanto oficiais (ajuda externa) como privados (investimento directo estrangeiro e empréstimos no sistema bancário internacional). Mais de duas décadas após o início da implementação das medidas de estabilização e ajustamento estrutural em Moçambique, a estabilidade e a solidez dos indicadores monetários (inflação, taxa de câmbio) e estruturais (défice fiscal, défice da balança de pagamentos, reservas externas) continuam a depender da ajuda externa e da substituição do crédito doméstico para o investimento pelos fluxos externos de capital privado. Como é que este nível de dependência pode ser consistente com a história de sucesso? Até que ponto é que a aparente estabilidade dos indicadores monetários e a aparente redução da pobreza não depende mais dos fluxos externos de capitais do que da composição do crescimento económico? Se o investimento é tão dependente de fluxos externos de capitais, e estes reflectem sobretudo os interesses globais dos grandes investidores, que padrão de produção e comércio está sendo criado? Não será a continuação desta dependência profunda um indicador da fragilidade estrutural da base produtiva, comercial e fiscal da economia? Quais serão os impactos no comportamento e opções dos investidores nacionais das tentativas de gerir a massa monetária para estabilizar os indicadores monetários e estruturais por via da compensação dos fluxos externos de capital com recurso à esterilização da ajuda externa, aumento das reservas externas e outras medidas

monetárias para enxugar a liquidez? Até que ponto é que tais efeitos não constroem as opções, o comportamento e os interesses dos agentes económicos nacionais, encorajando-os a optarem por actividades de alto retorno a curto prazo, a engajarem-se na luta por rendas relacionadas com política pública e capital estrangeiro? (Castel-Branco e Ossemane 2009).

Esta parte económica do livro inclui quatro artigos. O primeiro descreve os padrões de acumulação económica em Moçambique, na tentativa de compreender e explicar o paradoxo do sucesso dependente, analisar as suas implicações económicas e políticas e lançar o desafio da diversificação e articulação da economia e ampliação dos centros de acumulação (condição para se construir a independência económica e se gerarem padrões de produção e distribuição mais progressistas e benéficos para todos). O segundo artigo enfrenta o desafio da diversificação e articulação da base económica, discutindo os desafios do desenvolvimento rural numa perspectiva de industrialização articulada do País. O terceiro artigo coloca a questão da terra no contexto do debate de desenvolvimento diversificado e amplo, e identifica e descreve o efeito dos conflitos sobre opções de desenvolvimento na natureza dos conflitos sobre a posse e utilização da terra. O quarto artigo discute desafios do financiamento da economia.

A terceira parte do livro aborda desafios sociais. O seu enfoque é o desafio da qualidade da educação como dinâmica e determinante fundamental da cidadania e do desenvolvimento mais geral de Moçambique. Assim, três dos cinco artigos desta parte são dedicados à qualidade da educação geral, formação profissional e educação universitária. O título de um dos artigos, «Os Desafios da Leitura» (Buendía 2009), ilustra o grande ponto de partida deste debate. Como fazer o País ler, pois sem ler, pouco ou nada mais é possível fazer. O primeiro artigo desta parte discute a reforma da justiça e o seu papel na cidadania e democratização, e o último discute um dos maiores desafios enfrentados por Moçambique, o da habitação, que se relaciona profundamente com a direcção das opções de desenvolvimento económico e social.

A quarta parte do livro discute desafios derivados da relação entre Moçambique e o Mundo, os quais estão organicamente ligados com as opções escolhidas por Moçambique e com as possibilidades de Moçambique escolher opções. Discutindo as recentes relações económicas com a China e uma perspectiva de Moçambique no Mundo, os dois artigos desta parte lançam bases para investigação, reflexão e debates muito mais profundos.

Neste final da introdução, há quatro aspectos importantes a mencionar. Primeiro, a identificação de desafios reflecte escolhas, e estas reflectem interesses, aspirações, debates e conflitos sociais, económicos e políticos. Portanto, as escolhas de desafios apresentadas neste livro reflectem essas tensões e essa procura de abordagens que ajudem a mais claramente discutir e escolher opções de políticas públicas e sociais. Além disso, as escolhas fundamentais da equipa editorial do livro (que incidiram sobre a questão da participação política vista como prática de cidadania e não apenas eleitoral, os desafios de transformação dos padrões de acumulação, os desafios da qualidade da educação e da urbanização, e a contextualização internacional das opções e desafios de

Moçambique) tiveram de ser ajustadas às possibilidades práticas de produzir artigos que contribuam para o debate e à produção de um livro de tamanho manejável. Portanto, muito fica para analisar sobre cada um dos temas discutidos, e muitos outros temas fundamentais ficaram por discutir (como, por exemplo, o das opções e qualidade da saúde). Mas este é apenas o primeiro da série de livros sobre desafios para Moçambique que o IESE pretende produzir.

Segundo, os artigos deste livro não são homogêneos: nem desenvolvem as suas análises com base nas mesmas abordagens, leituras e metodologias, nem se apresentam com a mesma forma rigorosa e severa da academia. Uns reflectem experiências de forma mais empiricista, outros são o reflexo de opiniões construídas ao longo dos anos, e alguns são rigorosamente académicos. Esta variedade de abordagens e de formas faz parte do mosaico em que Moçambique se reconstrói todos os dias. A riqueza dessa contínua reconstrução, e o direito inalienável a essa diferença resultam da prática de cidadania e temperam e forjam a cidadania.

Terceiro, este livro é o resultado da combinação do trabalho dos investigadores permanentes e associados do IESE com equipas multidisciplinares de outras instituições. Economistas académicos ou ligados ao mundo de negócios, sociólogos e historiadores, consultores, juristas, arquitectos e engenheiros, todos contribuíram com a sua experiência e conhecimento para a produção desta obra. Portanto, ao produzir o livro, o IESE e os que no livro colaboraram enriqueceram as bases e redes de investigação e reflexão em Moçambique.

Quarto, este livro tem a intenção de contribuir para um debate lançando alguns desafios. O desafio será tornar o debate tão abrangente, inclusivo, pluralista, multidisciplinar, heterodoxo, inovador e útil quanto possível. Este é um dos papéis fundamentais dos intelectuais e investigadores na luta pela conquista, construção e exercício da cidadania em Moçambique.

Carlos Nuno Castel-Branco

Dezembro de 2009